

Macroeconomia  
(Licenciatura em Gestão)

**Trabalho de Grupo II**  
**Enunciado**

**Ano Letivo 2014/2015**

**1º semestre**

## Condições de Realização do Trabalho

- **Data de disponibilização do enunciado:** 8 de Dezembro 2014
- **Data limite de entrega:** 15 de Dezembro 2014 (até às 24h)
- **Forma de entrega:** enviar para o e-mail: nuno.crespo@iscte.pt
- **Composição dos grupos:** 4 a 5 elementos (os nomes, turmas e números dos alunos devem constar do documento enviado de forma bem visível).

## Enunciado

São propostos os seguintes **4 grupos de questões:**

- A) Exercícios práticos
- B) Questões para discussão breve
- C) Análise de informação económica
- D) Tema para desenvolvimento

### **Cotação:**

Questões A): 3 valores por questão

Questões B): 2 valores por questão

Questões C): 6 valores por questão

Questões D): 6 valores por questão

## Questões A

A.1) Considere a informação constante das seguintes tabelas:

(i) 2008

Portugal	Espanha	Itália	Mundo
5 690	7 400	19 130	772 000
1 990	5 500	6 450	186 000
9 550	9 100	21 500	799 700
2 970	5 480	8 900	338 000

(ii) 2014

Portugal	Espanha	Itália	Mundo
6 700	7 810	20 970	784 000
2 450	5 600	7 600	247 000
10 400	9 580	28 100	959 200
3 800	6 270	11 800	411 000

- a) Calcule o peso de cada setor na estrutura de exportação de Portugal e de França em 2008.
- b) Entre 2008 e 2014, qual dos países analisados alterou de modo mais significativo a sua estrutura de exportação?
- c) Considere a seguinte frase: “Portugal revela em 2014 uma estrutura de especialização mais concentrada que a Espanha”. Teste a validade da afirmação.
- d) “A concorrência que Portugal enfrenta no mercado europeu em 2014 é maior por parte da Itália do que de Espanha” Concorda?
- e) Indique os setores em que Espanha tem vantagem comparativa em cada um dos anos.

A.2) Usando um espaço máximo de 5 linhas por conceito, explicita o que entende pelos seguintes conceitos/relações:

- Lei de Okun;
- Multiplicador de orçamento equilibrado;
- Regra de Taylor;
- Défice primário.

### Questão B

Estabeleça a distinção entre modelos de Segurança Social de lógica comutativa e de lógica redistributiva. Nesse contexto, associe as características de cada um desses modelos com o problema do envelhecimento populacional.

### Questão C

O *World Economic Forum* publica periodicamente o “The Global Competitiveness Report”. Com base na edição 2013-2014 (disponível na internet), pretende-se que os grupos:

(i) discutam, brevemente, a forma como é construído o índice global de competitividade proposto;

(ii) para além de Portugal, selecionem mais 2 países (de forma livre) e produzam um breve relatório analisando o caso português por comparação com os países escolhidos.

(Máx: 2 pág.)

## Questão D

**“Quer sejamos a favor de um estado social com políticas sociais fortes, o que implica maior carga fiscal ou, por outro lado, a favor de um estado mínimo mas com menor carga fiscal, não podemos estar satisfeitos.**

Já muito se escreveu sobre a proposta de Orçamento de Estado para 2015. Sobre os impostos que vamos pagar, e sobre os cortes que serão feitos na actividade do Estado.

Resta juntar as duas coisas, e concluir: Nunca pagámos tanto por tão pouco. Quer sejamos a favor de um estado social com políticas sociais fortes, o que implica maior carga fiscal ou, por outro lado, a favor de um estado mínimo mas com menor carga fiscal, não podemos estar satisfeitos.

Primeiro vamos à carga fiscal: a receita prevista aumenta em todos os impostos, face ao previsto para 2014 (dados do segundo orçamento rectificativo). Explicando: a receita de IRS aumenta 426 milhões, a de IRC 258 milhões, a do ISP 190 milhões, a do IVA 601 milhões. No total, a receita corrente aumenta quase dois mil milhões de euros. Estamos perante mais um brutal aumento de impostos.

Com mais dois mil milhões o Estado tenciona, então, reforçar o papel das políticas sociais, combatendo os efeitos de uma crise que condena um quarto da população a viver em privação material e metade dela a estar em risco de pobreza?

A resposta, curta, é: não. Olhando as três áreas sociais de excelência, e usando a classificação funcional da despesa, o Estado tenciona gastar muito menos na Educação (576 milhões), menos também na Saúde (57 milhões) e prevê um modesto incremento na despesa com Segurança e Acção Social (242 milhões).

E este último não corresponde a um aumento dos benefícios (que vão cair) mas tão só ao cumprimento das decisões do Tribunal Constitucional em matéria de pensões. O Governo aumenta aquela despesa social mas só mesmo porque não tem remédio.

Quem acompanha estas matérias há anos sabe que é sempre assim: para lá do discurso preparado, dos briefings, das conferências de imprensa e das "reacções", restam os números. E os números são estes. Péssimos.

Mas e as boas notícias de alívio? Sacudido o spin: a devolução da sobretaxa do IRS dependeria de a cobrança subir mais 770 milhões acima do aumento dos 426 já inscritos, o que é quase impossível, o alívio para as famílias é só para algumas (menos de 27% das famílias têm filhos a cargo e os mais pobres não pagam IRS, beneficiando as de maior rendimento), e a fiscalidade verde, que é paga por ricos ou pobres na mesma medida, vai pesar tanto quanto o alívio ali obtido. O IMI vai disparar, findo o período transitório, e no mesmo ano a despesa com rendas e juros crédito habitação deixa de deduzir no IRS. Vai ser mais caro que nunca suportar o custo da habitação. Só o IRC baixa a taxa, mas isso beneficia algumas, poucas, grandes empresas, nada fazendo pelas PME's. E por aí adiante.

O Governo, em suma, dá a alguns, nem sempre os que mais precisam, um pouco de alívio em ano eleitoral e carrega mais que nunca sobre todos. O resultado não é famoso.”

**Marco Capitão Ferreira**

Fonte: Diário Económico

Comente esta notícia, tendo por base os conceitos lecionados em Macroeconomia.

**(Máx: 1,5 pág.)**